

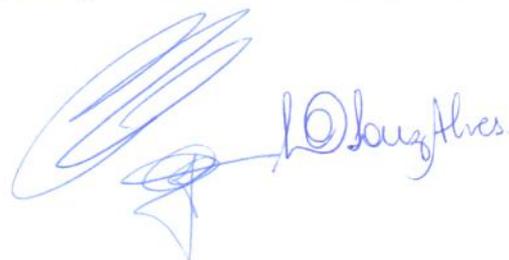


CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE (09-06-2014):

Às dezesseis horas e trinta e sete minutos, do dia nove de junho de dois mil e quatorze, no local de costume, reuniu-se a Edilidade Marianense, presidida pelo vereador Bruno Mól Crivellari, que contou com a presença dos demais Vereadores, que firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presenças e tomaram assento no Plenário. O Senhor Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Logo após, solicitou a Secretária que fizesse a **leitura da Ata da 18ª Reunião Ordinária**, realizada no dia dois de junho de dois mil e quatorze. Após leitura, a ata foi colocada em discussão e votação, sendo declarada **aprovada por unanimidade**. O Presidente convidou para compor o Plenário o senhor José Antunes Vieira, ex-vereador desta Casa e, em seguida, solicitou a Secretária que realizasse a **leitura das correspondências**. O vereador Antônio Marcos, fazendo uso da palavra, informou que é elevada a quantidade de mosquitos borrachudos no distrito de Cachoeira do Brumado o que vem causando transtornos à população, inclusive, uma criança, alérgico a picada, necessitou ser encaminhado a hospital na cidade de Belo Horizonte para tratamento. Assim, solicitou ao Secretário Municipal de Saúde que diligencie providências já que a situação se agrava naquele distrito. O Presidente informou que se deslocou até o distrito de Cachoeira do Brumado e pode constatar a gravidade do surto, se comprometeu a fazer indicação solicitando seja utilizado naquela localidade o chamado caminhão fumaça. O vereador Geraldo Sales solicitou ao Presidente que entregue cópia do ofício da Associação de Moradores da Cachoeira do Brumado para o Secretário de Saúde, que se fez presente na sessão. O vereador João Bosco informou que realizaram uma reunião com a empresa Novelis em Furquim para tratarem sobre o mesmo assunto, ou seja, a proliferação do mosquito borrachudo e que a empresa afirmou ser difícil combater este problema tendo em vista o grande número de esgoto despejado nos rios, sendo necessária a construção de estação de tratamento de água e esgoto. O vereador Geraldo Sales solicitou ao Executivo que reveja seus gastos e invista mais recursos na construção de estação de tratamento de água e esgoto, saneamento básico, saúde, dentre outros necessários. O





CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

vereador Antônio Marcos afirmou já ter apresentado indicação solicitando a canalização da rede de esgoto e a canalização da água que abastece o distrito de Cachoeira do Brumado. A Secretaria Adjunta de Serviços Urbanos afirmou que está sendo elaborado projeto, mas nada foi efetivamente realizado. O vereador José Jarbas corroborou com o vereador Antônio Marcos e também solicitou atitude do Executivo para solucionar os problemas pautados para o distrito de Cachoeira do Brumado. Prosseguindo o vereador salientou da importância da realização da Festa da Panela em Cachoeira do Brumado especialmente pela sua tradição e a necessidade do apoio da Prefeitura Municipal de Mariana. A vereadora Daniely destacou que a Festa da Panela está na iminência de não ser realizada devido a falta de uma comissão organizadora, já que os antigos organizadores decidiram não trabalharem para a realização neste ano de 2014. Eles ainda reconhecem que a Prefeitura Municipal de Mariana se dispõe a apoiar o evento em tudo que se fizer necessário. O vereador João Bosco sugeriu ao vereador José Jarbas que assuma a liderança de conduzir o evento. O vereador Fernando ressaltou a necessidade de solucionar o problema enfrentado por Cachoeira do Brumado e quanto à festa, a Prefeitura apoia o evento, o problema é que ninguém quer assumir a liderança para conduzir os trabalhos. O vereador Geraldo Sales disse que a falta de interesse dos moradores em realizarem a festa da Panela está diretamente relacionada à situação de calamidade que se encontra o distrito que não possui infraestrutura para receber os turistas. Entende, ainda, que a Prefeitura precisa atender as indicações e requerimentos aprovados nesta Casa criando condições resolver algumas das necessidades da comunidade de Cachoeira do Brumado. O vereador Pedro César esclareceu que o projeto de construção Centro Administrativo melhorará o atendimento a população, porque concentrará toda às secretarias num único local e deixará de gastar alto valor em aluguel. Na ocasião o referido vereador questionou ao vereador Geraldo Sales quais foram os investimentos que realizou em Cachoeira do Brumado enquanto Prefeito Interino, informou que se lembra do montante de mais de vinte e sete milhões de reais aplicada na obra do túnel bala na Avenida Nossa Senhora do Carmo e Rua do Catete. O vereador Geraldo Sales, por sua vez, esclareceu que se tivesse tido mais tempo para governar e os recursos arrecadados pela Prefeitura Municipal teria atendido as necessidades básicas, como água de qualidade e tratamento de esgoto, em Mariana e seus distritos. Disse, ainda, que a obra do



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

túnel bala era necessária para Mariana, todavia é sabido que obra executada debaixo da terra não possui valor para a maioria. Por sua vez, o vereador José Jarbas se comprometeu compor uma comissão integrada por doze membros para assumir a festa da Panela de Cachoeira do Brumado desde que possa contar com o apoio dos vereadores Sebastião e Antônio Marcos, caso a Associação de Moradores de Cachoeira de Brumado não divulgue sua comissão até a próxima reunião ordinária e no ano vindouro a festa volta a ser conduzida pela população local. O vereador Pedro ressaltou que a obra do túnel bala foi paga quase integralmente pelo vereador Geraldo Sales, mas, até a presente data a obra não foi concluída. O vereador Geraldo Sales esclareceu que o atual Prefeito reconheceu a importância desta obra, inclusive se comprometeu a continuá-la sendo necessário que todos os vereadores se empenhem em cobrá-lo para concretizar a referida obra e alertou para a necessidade de providências para os problemas existentes na Rua do Catete próximo a Vidraçaria Resende. O vereador Antônio Marcos aceitou a proposta do vereador José Jarbas. O vereador Juliano, por sua vez, externou o interesse em participar da Comissão Organizadora. A Secretária, dando prosseguimento aos trabalhos, realizou a leitura das **correspondências**, e, em seguida, realizou a leitura dos seguintes **Projetos de Leis: nº 69/2014**, de autoria do vereador Pedro, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Rural do Subdistrito de Barro Branco e Adjacências; **nº 72/2014**, de autoria do Executivo, que altera a Lei Complementar nº 2821/2013 – PPA 2014-2017, a Lei Municipal nº 2727/2013 – LDO 2014 e autoriza abertura de crédito suplementar no orçamento vigente para construção de unidade de pronto atendimento (UPA), conforme Portaria nº 342, 616 e 1580/2013 do gabinete do Ministro do Ministério da Saúde; **nº 73/2014**, de autoria do vereador João Bosco, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do distrito de Cláudio Manoel. A Secretária procedeu a leitura das seguintes **Emendas Substitutivas: nº 34/2014 ao Projeto de Lei nº 67/2014**, de autoria da Mesa, que dispõe Sobre o Conselho Municipal de Saúde de Mariana e dá outras Providências; **nº 35/2014 ao Projeto de Lei nº 62/2014**, de autoria da Mesa, que dá nova redação à Lei 1.695 de 2002 – Conselho Municipal de Turismo - COMTUR do Município de Mariana e dá outras Providências; **nº 36/2014 ao Projeto de Lei nº 67/2014**, de autoria da Mesa, que dispõe Sobre o Conselho Municipal de Saúde de Mariana e dá outras Providências; **nº 37/2014 ao Projeto**



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

de Lei nº 62/2014, de autoria da Mesa, que dá nova redação à Lei 1.695 de 2002 – Conselho Municipal de Turismo - COMTUR do Município de Mariana e dá outras Providências. O Presidente solicitou a Secretária que realizasse a leitura do **Requerimento nº 31/2014**, de autoria do vereador Cristiano, no qual requer a realização de audiência pública para debater a efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em Mariana. Em seguida, a Secretária fez as leituras das seguintes **Moções de Pesar**: de autoria do vereador Sebastião, pelo passamento da senhora **Sergiane Oliveira Machado**; de autoria dos vereadores Bruno, Juliano e Geraldo Sales, pelo passamento do senhor **Hilton Ferreira de Melo**. O Presidente realizou a reunião sem intervalo, e, em seguida, solicitou a Secretária que realizasse a leitura dos **Pareceres: Projeto de Lei nº 61/2014**, que autoriza concessão de contribuição a Associação dos Municípios do Circuito Turístico do Ouro - ACO e dá outras Providências. O Presidente colocou este projeto em **primeira discussão e primeira votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**; **Emenda nº 35/2014 ao Projeto de Lei nº 62/2014**, de autoria da Mesa, que dá nova redação à Lei 1.695 de 2002 – Conselho Municipal de Turismo - COMTUR do Município de Mariana e dá outras Providências. O Presidente colocou esta emenda em **única discussão e votação**, sendo declarada **aprovada por unanimidade**. O vereador Cristiano solicitou cópia das emendas para anexá-las aos projetos; **nº 37/2014 ao Projeto de Lei nº 62/2014**, de autoria da Mesa, que dá nova redação à Lei 1.695 de 2002 – Conselho Municipal de Turismo - COMTUR do Município de Mariana e dá outras Providências. O Presidente colocou esta emenda em **única discussão e votação**, sendo declarada **aprovada por unanimidade**; **Projeto de Lei nº 62/2014**, que dá nova redação à Lei 1.695 de 2002 – Conselho Municipal de Turismo - COMTUR do Município de Mariana e dá outras Providências. O Presidente colocou este projeto em **primeira discussão e primeira votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**; **Emenda nº 34/2014 ao Projeto de Lei nº 67/2014**, que dispõe Sobre o Conselho Municipal de Saúde de Mariana e dá outras Providências; **Emenda nº 36/2014 ao Projeto de Lei nº 67/2014**, que dispõe Sobre o Conselho Municipal de Saúde de Mariana e dá outras Providências. O Presidente colocou estas emendas em **única discussão**. O vereador Geraldo Sales arguiu uma questão de ordem ao informar que o Regimento Interno determina que as emendas devam ser apresentadas e discutidas em primeira votação, para que então sejam

4



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

remetidas as comissões para emissão de pareceres e sejam distribuídas aos vereadores. Assim, solicitou vista ao projeto considerando possuir dúvidas sobre o mesmo que, pela necessidade de levantamentos de dados e o curto tempo para estudo, não foram totalmente analisadas pela Assessoria Jurídica da Casa e por ter interesse em apresentar emendas. O Presidente afirmou que o vereador Geraldo Sales está correto em sua colocação sobre a tramitação das emendas, razão pela qual as encaminha para as comissões e questionou os vereadores se concordam em manter a aprovação das emendas nº 35 e 37/2014. Houve aceitação unânime; **Projeto de Lei nº 67/2014**, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de Mariana e dá outras providências. O vereador Geraldo Sales solicitou vista ao projeto de lei que foi concedida pelo Presidente; **Projeto de Lei nº 63/2014**, que dispõe sobre a política de turismo de Mariana e dá outras providências; O Presidente colocou este projeto em **primeira discussão e primeira votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**; **Projeto de Resolução nº 13/2013**, que altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mariana, determinando o processo de votação nominal como preferencial para as deliberações, admitindo os processos simbólico e por escrutínio secreto apenas para as exceções previstas na Lei Orgânica do Município de Mariana. O Presidente colocou este projeto em **primeira discussão e primeira votação sendo declarado aprovado por unanimidade**. O Presidente colocou o **Projeto de Lei nº 58/2014**, de autoria do vereador Antônio Marcos, que dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no município de Mariana e dá outras providências, em **primeira discussão**. O Presidente, atendendo a solicitação do vereador Fernando, consultou o Plenário sobre a possibilidade de este projeto ser apreciado em única discussão e votação. Houve aceitação unânime. O Presidente colocou o projeto em **única discussão e única votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**. O Presidente colocou o **Requerimento nº 31/2014**, de autoria do vereador Cristiano, em **única discussão e única votação**, sendo declarado **aprovado por unanimidade**. O Presidente colocou a Casa a disposição do vereador para a realização da audiência pública. O vereador Cristiano convidou a todos para participar da audiência pública no dia 11 (onze) de junho próximo, às 15 (quinze) horas, nesta Casa de Leis. O Presidente, em atenção ao requerimento de autoria dos vereadores José Jarbas, Sebastião, Raimundo, Juliano e Cristiano, convidou para fazer o uso da palavra Ilustríssimo Senhor **Germano Zamforlim**, Secretário Municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Saúde. Pela ordem, o vereador Cristiano questionou o Secretário sobre o motivo da não adesão do município ao Programa “Mais Médicos”, considerando a escassez da mão-de-obra na área rural. O Secretário Germano, informou que em janeiro de 2013 Mariana aderiu ao Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), do Governo Federal, sendo contemplada com 06 (seis) médicos para as unidades de saúde que não possuíam médicos cadastrados. Logo após, o Governo Federal lançou o Programa “Mais Médicos”, o município já havia aderido ao programa citado, e completado seu quadro de médicos, não cumprindo nenhum requisito para adesão ao novo programa. Entenderam que o PROVAB era mais vantajoso para Mariana do que o programa “Mais Médicos”, porque o município não precisava ofertar uma contrapartida para o profissional como moradia, transporte e alimentação. Esclareceu, ainda, que o Município que adere aos dois programas possui o recurso que recebe para o programa de atenção básica reduzido na ordem de R\$4.000,00 (quatro mil reais) por equipe. Estima-se que o profissional do programa “Mais Médico” custaria mensalmente ao Município o valor de R\$12.000,00 (doze mil reais). O vereador Cristiano ressaltou que municípios com arrecadações inferiores a de Mariana estão conseguindo arcar com a contrapartida sem grandes problemas, e embora o Município atenda as normas do Ministério da Saúde é de conhecimento a falta de médicos para atender a comunidade rural. Prosseguindo o vereador entende que se o Executivo aplicasse o recurso que será investido na obra do centro administrativo em saneamento básico reduziria em larga escala a demanda da Secretaria de Saúde e reduziria os gastos com tratamentos. Na oportunidade, solicitou ao Secretário de Saúde que encaminhe a Casa através do líder de governo, vereador Pedro, um relatório informando sobre o gasto da Secretaria com transporte para tratamento fora do domicílio (TFD). Disse acreditar que a aplicação do recurso na construção de um hospital e investimento na saúde permitirá o município economizar um valor muito maior do que com a construção do centro administrativo, que sobrestará o gasto com aluguéis. O vereador José Jarbas questionou o Secretário de Saúde o motivo da não oferta diária de atendimento médico nos distritos e se o cadastro de apenas um dia por semana de atendimento nas comunidades rurais impossibilitou Mariana de receber profissionais do Programa “Mais Médicos”. O Secretário esclareceu que sabendo da dificuldade de se contratar médicos pelo Município decidiram aderir ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

PROVAB garantindo seis novos profissionais para atender as equipes de saúde da família, informou, ainda, que todas as equipes possuem dois médicos, o médico cadastrado e o médico de apoio que é custeado integralmente pelo Município. Afirmou que estão buscando melhorar o atendimento nas localidades rurais mais populosas para serem atendidas com maior frequência. Informou que os profissionais de atenção básica cumprem jornada de trabalho de oito horas diárias, mas perdem cerca de duas horas se locomovendo para as comunidades rurais. Esclareceu que Mariana é um dos municípios que possuem um dos maiores números de médicos especialistas da região metropolitana de BH e o Tratamento Fora do Domicílio (TFD) são reservados para os tratamentos de alta complexidade. Informou que teoricamente o distrito de Cachoeira do Brumado deveria ter atendimento de segunda à sexta-feira pelo médico de apoio, mas como aumentou a demanda de outras comunidades aumentou motivou as equipes a se reorganizassem. O vereador Juliano solicitou ao Secretário de Saúde esclarecimentos acerca da demora no fornecimento de medicamentos aos usuários da farmácia complementar, já que recebe diversas reclamações sobre o serviço. O Secretário informou que Mariana possui dois processos licitatórios vigentes, no último deles já estão sendo liberadas as autorizações de fornecimento para abastecer a Farmácia Complementar com aproximadamente 340 (trezentos e quarenta) medicamentos. Informou, ainda, que o conselho Municipal de Saúde autorizou em novembro de 2013 a aquisição destes 340 (trezentos e quarenta) medicamentos, pois não havia regulamentação dos mesmos. E a partir desta autorização se deu início ao processo licitatório dos medicamentos firmando um contrato de abastecimento. O vereador Juliano solicitou maior atenção ao abastecimento de medicamentos tendo em vista que os usuários ficam prejudicados com sua interrupção sendo que a maior parte deles não possui condição financeira de arcar com os mesmos. Questionou, também sobre a ausência de médico no subdistrito de Goiabeiras por três semanas, motivando os deslocamentos dos moradores até o distrito de Furquim para serem atendidos. O vereador Cristiano questionou se o edital dos processos licitatórios prevê o prazo para abastecimento do medicamento. O Senhor Germano informou que o prazo é de quarenta e oito horas, mas como é muito alto o volume de medicamentos, em alguns casos, não tiveram condições de cumprir com o prazo estabelecido. O Secretário entende importante as demandas levadas pelos vereadores até a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Secretaria, pois muitas vezes as pessoas deixam de entrar com o processo no TFD porque foram informadas que era difícil conseguir, ou seja, as pessoas prejulgam que a Secretaria não irá atendê-las. O vereador Geraldo Sales afirmou que está ocorrendo alguma falha na Secretaria já que estão deixando a população sem medicamentos e citou o caso de um munícipe que o procurou relatando que consultou e solicitou sua medicação, "Resperidona" de uso controlado, no dia 29 de abril do corrente ano, entretanto, somente recebeu a medicação um mês depois, ou seja, no dia 30 de maio. O Secretário de Saúde informou que esse medicamento é de uso controlado, bastante específico e sua prescrição e liberação, a receita tem validade por 30 dias o que exige uma fiscalização mais rígida por parte da Secretaria, inclusive pelo seu alto custo, havendo ainda a necessidade do acompanhamento constante dos pedidos por parte do paciente. Esclareceu, ainda, que o subdistrito de Goiabeiras é contemplado pelo PSF Furquim e no dia 05 (cinco) de maio houve atendimento normal, no dia 12 (doze) de maio não foi possível porque coincidiu com a interdição da ponte, no dia 19 (dezenove) de maio houve atendimento, no dia 26 (vinte e seis) de maio a agente comunitária de saúde do Posto de Goiabeiras cometeu um equívoco ao agendar atendimento para aquela comunidade, já que aquela data estava reservada o atendimento do programa saúde mental em outra localidade. O vereador Raimundo Horta informou pela legislação que criou o cargo de agente comunitário, determinava que uma das suas atribuições era visitar as casas, realizar levantamentos das doenças e respectivos medicamentos para que não faltassem no posto de saúde, o que não vem ocorrendo de fato. Questionou se existe uma fiscalização da Secretaria relativamente às atividades destes agentes. O Secretário esclareceu que se constatou uma queda de produção da estratégia da Saúde da Família nos anos de 2010 a 2012, sendo que em 2013 a Secretaria realizou pré conferências em todas as comunidades que possuíam PSF e este questionamento apresentado, mas, infelizmente, até a presente data essa situação não foi normalizada. Informou, ainda, que Mariana por possuir uma grande área geográfica prejudica o monitoramento das ações e vê como paliativo para este problema a aprovação neste ano foi do Programa de Otimização do Processo de Gestão, através do qual buscarão informatizar os postos e os agentes comunitários, através de recurso estadual. Afirmou ser necessário preparar o agente comunitário para prestar assistência aos moradores necessitados de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

assistência na região rural e repassando suas demandas para a secretaria. O vereador Cristiano perguntou se existe previsão para o recebimento do recurso estadual para a construção dos dez novos leitos de Unidades de Tratamentos Intensivo (UTI) no Hospital Monsenhor Horta, se positivo qual a previsão para entrega e a localização da Unidade de Pronto Atendimento. Questionou, ainda, da possibilidade de construção de um novo hospital em Mariana. O vereador Juliano também questionou sobre quando será implantado a UTI em Mariana. O vereador José Jarbas questionou qual a contrapartida que as empresas mineradoras sediadas no nosso município concedem na área da saúde municipal e se existe algum processo convocando as empresas para investirem na saúde pública. O Secretário informou que as mineradoras recolhem os impostos, mas não há obrigatoriedade de investimento específico na saúde, por essa razão repassa o questionamento para o município. Informou que Mariana oferece atendimento vinte e quatro horas para sua população da seguinte forma: no horário diurno, na Policlínica Municipal e no noturno pelo Hospital Monsenhor Horta, isso de segunda a sexta-feira, nos finais de semana o Hospital atende vinte e quatro horas. Ressaltou que os três investimentos prioritários de Mariana hoje são a ampliação da atenção básica, a urgência e emergência com a construção do pronto atendimento 24 (vinte e quatro) horas, em parceria com a rede municipal de transporte sanitário, e a qualificação do Hospital Monsenhor Horta. Explanou sobre o que é o pronto atendimento e o trabalho desenvolvido pelo referido Hospital Monsenhor Horta, ressaltando que a demanda aumentou consideravelmente no Pronto Atendimento e que no mês de janeiro de 2013 foi a Brasília e aderiu o município a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 (vinte e quatro) horas, que será construída no terreno próximo à Gameleira, no bairro São Pedro. Esclareceu, ainda, que o projeto já foi licitado, entretanto, o Ministério da Saúde liberará apenas R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos reais) por entender que Mariana necessitaria da UPA tipo 01. Todavia, de fato em Mariana será construída a tipo 03, e que a previsão de conclusão da obra é no mês de julho de 2015. Esclareceu, também, que buscará auxílio do Ministério da Saúde na ordem de 80% (oitenta por cento) para custeio da manutenção da UPA 24 horas. Destacou que o Hospital Monsenhor Horta possui um contrato de parceria com o Município para atender a população no pronto atendimento no horário noturno das 19 às 07 horas, de segunda à sexta-feira, e 24 (vinte e quatro) horas aos sábados e domingos. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Secretário ressaltou que mesmo que este contrato não existisse como o Hospital é credenciado na rede do Sistema Único da Saúde (SUS) é obrigado a atender a todos que necessitarem, podendo referenciar os casos que não sejam de risco a alguma rede de atendimento de saúde municipal. Informou, ainda, que a meta é até o mês de julho de 2014 o Pronto Atendimento da Policlínica Municipal funcione até a meia-noite. O Secretário informou que após a aquisição de todo o material necessário até outubro deste ano o Pronto Atendimento na Previne passará a funcionar 24 (vinte e quatro) horas. Informou, também, que a CTI (Centro de Tratamento Intensivo) pertence ao Estado, ou seja, atende toda a região e não só Mariana. No ano passado conseguiu aprovar para Mariana dez leitos de UTI previsto para implantação no ano de 2015, mas é necessário antes disso, a construção do CTI no Hospital Monsenhor Horta, o Município propôs uma permuta onde o Estado que passara a custear os medicamento e Mariana a construirá o CTI. Esclareceu, também, que o município firmará um convênio com o Hospital para o início da construção. O vereador José Jarbas informou ser do seu conhecimento que nos dias de domingos a demanda é extremamente alta e o Hospital não vem conseguindo atendê-la adequadamente. O Secretário, por sua vez, esclareceu que o Pronto Atendimento por sua estrutura não é disponibilizado para um rápido atendimento e, dependendo da demanda, pode chegar a um tempo de espera de até quatro horas, naturalmente excluindo deste grupo aqueles pacientes em situação de risco. Continuando sua fala, o Secretário, disse acreditar que o hospital deveria ampliar sua sala de espera e o número de atendentes para dar maior conforto ao usuário, diminuindo o tempo de espera. Entendendo que daqui a quatro meses o Município oferecerá na Previne o serviço de Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) horas o que reduzirá a demanda do Hospital Monsenhor Horta. O vereador José Jarbas ressaltou que a abertura do Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) horas de fato amenizará o atendimento no Hospital, entretanto, acredita ser necessária sua abertura em outros pontos da cidade. O vereador Pedro César esclareceu que não será de imediato que os problemas da saúde serão resolvidos, mas o Município está empenhado em solucioná-los, e ressaltou que existem outros questionamentos a serem respondidos pelo Secretário. **A reunião foi prorrogada por mais 15 (quinze) minutos.** O Secretário informou que não é possível conceder de imediato o Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) horas na Previne em razão da falta de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

equipamentos tecnológicos, que já foram adquiridos, mas são necessários 60 (sessenta) dias para ser efetivada a entrega e mais 30 (trinta) dias para realizar os treinamentos dos funcionários, ou seja, a Secretaria necessita de pelo menos três meses para a sua implantação. O vereador Cristiano sugeriu ao Secretário que instale um gerador de energia no posto de vacinação, situado na Rua Wenceslau Brás nesta cidade, ao lado da Previne e realize melhorias no Laboratório de Análises Clínicas Municipal. O Secretário informou que tais informações são inverídicas e relatou a real situação do Laboratório e esclareceu que o valor de um gerador é muito alto, daí prática adotada no sentido de que o vigia noturno verificar se naquele turno acontece alguma queda de energia e a coordenadora do posto de vacina passa no local nos finais de semana para conferir se houve qualquer problema. O vereador Geraldo Sales reforçou a necessidade de aplicar maiores recursos na saúde que serão direcionados para construção do novo Centro Administrativo que não trará maiores benefícios para o Município. O vereador Juliano questionou ao Secretário se Mariana tem deixado de receber algum recurso pela falta de homologação do Conselho Municipal de Saúde. O Secretário informou que existe um Conselho Municipal de Saúde em vigência no Município, que continua regulamentado pelas diretrizes advindas da VII Conferência Municipal, cuja vigência era para o período de 2008 a 2010, que continua norteando o andamento do referido Conselho em razão de ações judiciais em andamento no Juízo local, que buscam definir a futura situação do referido Conselho. Esclareceu, ainda, que como o mencionado Conselho continua ativo, não inviabilizou até o presente momento importantes ações na área da saúde em favor do município. Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Sessão às vinte horas. E, para constar, lavrou-se esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.